

## O CARNAVAL CARIOCA OFICIALIZADO: A ALIANÇA ENTRE SAMBISTAS E PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO (1932-1935)

### THE OFFICIAL RIO CARNIVAL: THE ALLIANCE BETWEEN SAMBA AND MUNICIPALITY OF RIO DE JANEIRO (1932-1935)

Paula Cresciulo de Almeida<sup>469</sup>

**Resumo:** Este artigo pretende analisar a negociação entre o prefeito do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto, com os sambistas. O prefeito dialoga com a União das Escolas de Samba em 1935. O resultado é o reconhecimento e a oficialização dos desfiles das escolas de samba no carnaval carioca. A carta enviada pela organização deixava clara a exigência de temas com motivos nacionais nos desfiles. Não sendo uma decisão imposta pelo Estado, o discurso nacionalista era uma forma de se aproximarem do governo para alcançarem legitimação social.

**Palavras-Chaves:** Carnaval, Pedro Ernesto, Oficialização.

**Abstract:** This work intends to analyze the dialogue of the mayor Pedro Ernesto with popular people. The mayor negotiated with the Union of Samba Schools in 1935. The result was the recognition and formalization of the samba school parades in Rio carnival. The letter sent by the organization made clear the obligation for national themes motifs. It was not a decision imposed by the Government. The nationalist discourse was a way to approach the government to achieve social legitimacy.

**Key-Words:** Carnival, Pedro Ernesto, Formalization

A partir de 1930, o grupo que assumiu o poder no Brasil estabeleceu políticas públicas de aproximação com a classe trabalhadora. No Distrito Federal, na época o Rio de Janeiro, essa prática fica evidente com Pedro Ernesto no comando da prefeitura da cidade. Além de colocar em prática a política governista, ele foi o dirigente carioca que reconheceu oficialmente o desfile das escolas de samba em 1935.

Pedro Ernesto era médico e seu governo no Rio de Janeiro começou em 1931 ao ser nomeado interventor do Distrito Federal por Getúlio Vargas. Os dois foram aliados na Revolução de 1930 sendo, portanto, parceiros políticos. Concordavam que era preciso reconhecer os direitos sociais dos trabalhadores. Assim como Vargas, Pedro Ernesto também foi chamado, pela historiografia especializada,

---

<sup>469</sup> Mestra em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Fluminense.

de “populista” por ter voltado atenções para a assistência social e ao desenvolver programas para melhorar a saúde e a educação públicas.

Jorge Ferreira, em seu livro *O Populismo e sua História: Debate e Crítica*, realiza debate sobre o conceito de populismo.<sup>470</sup> Segundo o autor, o conceito de populismo teve a função de responder uma questão difícil: os motivos pelos quais os trabalhadores manifestaram apoio a Vargas nos anos 1930-1940. A partir desses questionamentos, surgiram várias formulações. As mais disseminadas sugerem a ideia de manipulação dos trabalhadores conjugada com repressão do Estado:

as primeiras formulações sobre o populismo surgiram no contexto da democratização de 1945. (...) As elites liberais que perderam o poder em 1930, contrariadas com o intervencionismo estatal na economia, o cercamento do regionalismo, os ataques à produção liberal individualista, a elevação dos trabalhadores à categoria de cidadãos e as arbitrariedades da ditadura do Estado Novo, mas sobretudo assustadas com o movimento “queremista”, passaram a explicar o apoio dos assalariados a Vargas ressaltando a demagogia, a manipulação, a propaganda política, a repressão policial, entre outros fatores, sugerindo uma relação destituída de reciprocidade.<sup>471</sup>

Para o autor, não é possível entender as relações entre Estado e classe trabalhadora a partir da manipulação e repressão estatal.<sup>472</sup> Populismo é um dos conceitos mais debatidos entre os autores que analisam a relação entre o Estado e a sociedade no Brasil Contemporâneo. A manipulação e a repressão são defendidas, muitas vezes, quando se pretende entender por que a população apoia um determinado governo. Muitos defendem uma relação de mão única em que as instituições estatais realizariam propagandas políticas e projetos de assistência social para bajular os eleitores que, manipulados, elegeriam o governante.<sup>473</sup>

A partir da década de 1980, com os estudos da História Cultural, novos trabalhos surgiram negando que as classes dominantes tenham o monopólio da produção de ideias. Os populares também produzem seus códigos e seus valores. A cultura popular tornou-se campo de estudo importante entre as ciências sociais e essas novas análises influenciaram alguns estudos no Brasil. Muitos autores passaram a compreender a relação Estado-sociedade como uma via de mão dupla, embora desiguais. Esses autores

---

<sup>470</sup> FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua História. Debate e Crítica*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2001.

<sup>471</sup> FERREIRA, Jorge. Op cit. PP. 8

<sup>472</sup> Idem. PP. 87.

<sup>473</sup> É possível encontrar, em alguns casos, um erro de interpretação sobre as ideias de Jorge Ferreira e Angela Castro Gomes. Alguns autores entendem que é proposto por eles autor a substituição do termo populismo por trabalhismo. Porém, não é isso que eles defendem. Referem-se ao trabalhismo somente a partir de 1942, após a entrada de Marcondes Filho no Ministério do Trabalho. Não é proposta deles substituir a expressão populismo por trabalhismo para explicar o período 1930-1964. Ferreira e Gomes acreditam que não se deve utilizar populismo por este ser uma expressão pejorativa que indica a manipulação da massa por um líder carismático. Trabalhismo, por sua vez, foi um período político, como outros que existiram após 1945.

reconhecem que a relação não é simétrica entre esses dois polos, mas entendem que acordos são estabelecidos entre as duas partes.

Pedro Ernesto iniciou sua vida política quando participou do movimento tenentista da década de 1920. Após seu envolvimento no tenentismo, ele engajou-se nos grupos revolucionários de 1930 participando, ao lado de Getúlio Vargas, do grupo político que assumiu o poder no país após a Revolução de 1930. Após a vitória do movimento, Vargas, já na presidência do país, nomeou Pedro Ernesto para o cargo de prefeito da capital do Brasil. Segundo Carlos Sarmiento, a Revolução de 1930 redefiniria o padrão das relações políticas, o perfil do Estado Nacional no Brasil e a recomposição da estruturação de forças políticas em atuação no espaço da cidade do Rio de Janeiro.<sup>474</sup>

A ascensão de Pedro Ernesto como interventor do Distrito Federal em setembro de 1931 pode ser entendida como proposta de diálogo de Vargas com os grupos políticos cariocas. Ao assumir a prefeitura, primeiro como interventor, depois como prefeito eleito, desenvolveu seu projeto de aproximação com a classe trabalhadora. Para isso, se empenhou em melhorar as condições de saúde e educação da população.

O artigo pretende analisar as negociações entre os sambistas e a prefeitura do Rio de Janeiro acerca da oficialização do carnaval e, posteriormente, das escolas de samba. Cartas foram trocadas entre as partes até a festa entrar para o calendário oficial da cidade.

## **A OFICIALIZAÇÃO DO CARNAVAL**

Entre os séculos XIX e XX, as manifestações culturais populares sofreram preconceito da sociedade e do poder público que, por diversas vezes, reprimiu algumas festividades. Na década de 1930, os sambistas se aproximaram da prefeitura do Rio de Janeiro buscando legitimidade de suas festas e músicas. O objetivo era oficializar o carnaval. O prefeito da cidade precisava de um grupo popular para apoiá-lo, enquanto os homens do samba precisavam que o poder público reconhecessem suas manifestações, superando o preconceito.

O carnaval foi oficializado no Rio de Janeiro em 1932, mesmo ano do primeiro desfile de escolas de samba patrocinado por um jornal. Tornar-se oficial significava entrar para o calendário turístico da cidade e receber ajuda financeira da prefeitura para realizar a festa. Os desfiles das escolas de samba se

---

<sup>474</sup> SARMENTO, Carlos Eduardo. *O Rio de Janeiro na Era Pedro Ernesto*. Editora FVG, Rio de Janeiro, 2001. pp. 61

tornaram oficiais três anos depois. A imprensa carioca retratou esse processo entrevistando o diretor do Touring Club, Luiz Pereira, que ficou entusiasmado com “a iniciativa feliz do Sr. Pedro Ernesto”.<sup>475</sup>

O jornal *O Globo* afirmou que a cidade estava coberta por uma onda de alegria, a população no auge da animação celebrava o “acontecimento mais importante do ano”:

“a oficialização da maior festa popular acarretou, este ano, um maior entusiasmo para os folguedos da folia: Numa época em que se fala de crise, em que as lamurias das descontentes fariam supor um Carnaval menos quente, temos a grande festa cheia de calor e de vida e com muito mais vida. Foi uma ideia feliz, pois, essa de proteger o Carnaval pelo poder público”<sup>476</sup>

O colunista, além de comemorar a oficialização, faz questão de agradecer a decisão da prefeitura. Nas palavras dele, o poder público está protegendo o carnaval com essa iniciativa. É importante notar que, na reportagem, a oficialização é vista como algo “doado” pelo prefeito ao povo carioca. Porém, este acontecimento foi uma conquista dos sambistas que lutaram por isso.

Para comemorar a oficialização da festa, o jornal *Mundo Esportivo* resolveu organizar o desfile das escolas de samba. Com o nome de “Campeonato do Samba”, a Praça Onze foi tomada por participantes dessa prática carnavalesca. Segundo *O Globo*, “as escolas mais celebradas da cidade, os príncipes da melodia do malandro, as altas patentes do samba, concorrerão ao grande campeonato”.<sup>477</sup> A imprensa retratou a festa como um espetáculo em que “a alma sonora dos morros que vae descer para a cidade”.<sup>478</sup> Os morros cariocas eram muito exaltados pelos jornais como os locais característicos do samba.

Nelson da Nóbrega Fernandes defende que a intervenção estatal no carnaval sempre existiu no Brasil. Segundo o autor, o mais importante é analisar o tipo de intervenção do Estado do que a intervenção em si. Para Pedro Ernesto, a oficialização dos desfiles significava um maior controle político sobre as escolas de samba, enquanto para os sambistas, tal processo avançava na consolidação das garantias políticas do exercício de seu direito de expressão.<sup>479</sup> Além disso, os homens do samba lutavam para fazer parte do processo, sendo assimilados à sociedade. Segundo Rachel Soihet, a institucionalização do samba seria resultado da:

preocupação dos sambistas com a sua organização, para facilitar a divulgação e aceitação do samba pelos diversos setores da sociedade brasileira, não ficando este restrito aos segmentos

<sup>475</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1932.

<sup>476</sup> *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1932.

<sup>477</sup> *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1932.

<sup>478</sup> *Idem*.

<sup>479</sup> FERNANDES, Néilson da Nóbrega. *Escolas de Samba: sujeitos celebrados e objetos celebrantes. Rio de Janeiro (1928-1949)*. Coleção Memória Carioca. V 03, Rio de Janeiro, 2001.pp. 88.

populares;  
possibilidade de abrir um canal de comunicação entre as escolas e os demais organismos da sociedade, prática cada vez mais necessária para as atividades dessas agremiações, especialmente na época do carnaval, quando era preciso haver um relacionamento mais estreito com os órgãos responsáveis pelo planejamento das atividades carnavalescas;  
necessidade de possuírem os sambistas um órgão que defendesse seus interesses, principalmente o controle dos direitos autorais dos compositores que, via de regra, tinham suas músicas furtadas por cantores conhecidos que as registravam como de sua autoria<sup>480</sup>

Para a autora, dessa forma, as escolas de samba emergiriam pelo esforço solidário das camadas mais pobres da população carioca. Ao ocupar os espaços das ruas, as escolas garantiram a essas camadas o respeito da sociedade. Com isso, eles procuravam assegurar o crescimento das agremiações, o que de certa forma integrava sua rede de interesses.

Segundo Silva e Santos, tornar-se oficial era o mesmo que receber subsídio da prefeitura. Além disso, as escolas de samba se elevariam à altura das grandes sociedades, tendo um dia e um local certos para desfilarem dentro do programa de carnaval elaborado pelo Departamento de Turismo do Distrito Federal.<sup>481</sup> Para as autoras, os sambistas começaram a “ganhar um lugar ao sol”.<sup>482</sup> Até 1934, as escolas haviam sido, apesar do crescente interesse do público e do apoio de alguns elementos da imprensa, apenas entidades carnavalescas marginais, desfilando por conta própria na Praça Onze.

## UNIÃO DAS ESCOLAS DE SAMBA

As escolas de samba surgiram no Rio de Janeiro na década de 1920. Por serem manifestações populares, em sua maioria composta pela população negra, as escolas, num primeiro momento sofreram preconceitos das elites e das autoridades. Porém, os sambistas se tornam agentes na construção do samba como música nacional chamando atenção da população e dos políticos. Em vários bairros da cidade, surgiram agremiações: Mangueira, Vai Como Pode<sup>483</sup>, Unidos da Tijuca e a Deixa Falar. As ruas do centro da cidade eram invadidas pelas festas que as escolas promoviam.

As escolas passaram a organizar festas. Com o tempo, essas festas começaram a ocorrer durante o carnaval para divulgarem os sambas que compunham. Os componentes das escolas de samba

<sup>480</sup> SOIHET, Rachel. *A Subversão pelo riso. Estudos Sobre o carnaval carioca, da Belle Époque ao tempo de Vargas*. Segunda Edição. EDUFN, Minas Gerais, 2008. pp. 186.

<sup>481</sup> SILVA, Marília T. Barbosa e SANTOS, Lygia. *Paulo da Portela. Traço de união entre duas culturas*. Edição Funarte, Rio de Janeiro, 1980. pp. 83.

<sup>482</sup> Idem.

<sup>483</sup> A Escola de Samba Vai Como Pode mudou de nome, ao longo dos anos, e hoje se chama Escola de Samba Portela, uma das mais tradicionais do Rio de Janeiro.

passaram a desfilarem usando as fantasias, que eles mesmos fabricavam, ao som da sua música. Os desfiles se tornaram frequentes na Praça Onze, local de encontro dos sambistas da cidade, durante o carnaval.

Em 1932, o jornal *Mundo Esportivo* organizou o primeiro desfile de escolas de samba patrocinado por um jornal. É preciso ressaltar a importância da imprensa para os primeiros anos de carnaval na Praça Onze. Além de divulgar a festa, os jornais patrocinavam desfiles, julgavam e premiavam os vencedores.

Para melhorar o relacionamento das escolas com os órgãos públicos e, ao mesmo tempo, proteger o interesse dos sambistas, os dirigentes das escolas de samba fundaram, em 1934, a União das Escolas de Samba (UES). Começava a institucionalização do carnaval. A partir daí, os desfiles passaram a ser regulados com mais acuidade. Uma escola não mais decidia por conta própria o que faria na Praça Onze. O surgimento da UES aconteceu em meio as negociações para tornar os desfiles de escolas de samba oficiais no Rio de Janeiro. Além de incluir o desfile no programa oficial do carnaval, o prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto, também distribuiu folhetos promocionais nos quais as escolas aparecem ao lado de outras atrações carnavalescas para atrair cada vez mais o turismo durante a festa.<sup>484</sup>

Segundo Sérgio Cabral, a criação da UES era cogitada desde janeiro de 1933 quando foi realizada a primeira reunião para tratar do assunto. Estavam presentes alguns sambistas importantes da época. Miguelzinho, membro da Escola de Samba Unidos de Padre Miguel, foi um dos que mais participou das discussões.<sup>485</sup>

Apesar desta tentativa, a UES produziu seu estatuto de fundação no dia 6 de setembro de 1934. A organização enviou a Pedro Ernesto uma carta deixando claras as intenções ao criar a UES. É preciso ressaltar que essa carta foi publicada no livro do Sérgio Cabral, *As Escolas de Samba no Rio de Janeiro*, mas não há uma referência de qual a fonte ele retirou o documento. Após entrar em contato com o autor, fui informada que talvez o documento estivesse nos jornais da época, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Correio da Manhã*. Porém, após pesquisar nesses e em outros jornais, não encontrei a fonte citada pelo autor. Apesar disso, vale analisar a carta. O documento é valioso, principalmente quando notamos que a decisão de exigir enredos com temas e motivos nacionais nos desfiles partiu dos próprios sambistas, não sendo uma decisão imposta pelo Estado, como muitos acreditam. O discurso nacionalista nas letras era uma forma de conseguir aceitação, já que compreendiam a aproximação com o governo a possibilidade de legitimação social.

Segundo Cabral, Flávio Costa, presidente da UES, enviou a carta endereçada ao prefeito Pedro Ernesto no dia 30 de janeiro de 1935:

<sup>484</sup> FERNANDES, Néelson da Nóbrega. Op cit .p. 87.

<sup>485</sup> CABRAL, Sérgio. *As Escolas de Samba do Rio de Janeiro*. Lumiar Editora. Rio de Janeiro, 1996.

A par da finalidade carnavalesca, realizamos, como é do conhecimento de V. Excia., uma obra de saneamento, porque protege os verdadeiros autores que até então eram explorados pelos inescrupulosos. Viviam eles encantando, com suas melodias sem par, a população, em benefício de terceiros. Mais bem amparados, mais bem estimulados, já conseguem ser autores de suas composições.

Com os cortejos já em confecção e tendo sido solucionada a questão das pequenas sociedades, vimos patente a vontade dos poderes públicos de nos auxiliar, do que nos aproveitamos, dirigindo a V. Excia. o presente memorial.

Explicitadas que estão as finalidades desta agremiação, sob vosso patrocínio, composta de 28 núcleos, num total aproximado de 12 mil componentes, tendo uma música própria, instrumentos próprios e seus cortejos baseados em motivos nacionais, fazendo ressurgir o carnaval de rua, base de toda a propaganda que se tem feito em torno da nossa festa máxima, V. Excia., antes de mais nada, é o nosso amigo de todas as horas. (...) <sup>486</sup>

A carta continua enaltecendo o apoio do prefeito Pedro Ernesto:

Não faremos questão em tornos de presente, porque, qualquer que seja a solução, estamos certos do esclarecido espírito de equidade com que V. Excia. sempre norteou seus atos. Subvenção só é por nós interpretada como incentivo e não para custear o carnaval, pois este é espontâneo.

Feitas estas considerações, embora nossos conjuntos, quer em tamanho, quer em preço, se rivalizem com os ranchos, colocamos sob vosso arbítrio a subvenção de ajuda que, como conhecedor do meio, tomo a liberdade, mais para orientá-lo, deve ser esta liberada o mais breve possível. Incentivando os trabalhadores que esta diretoria representa, V. Excia. nada mais faz do que continuar o programa de amparo social, cuja repercussão nós, que vivemos nas classes menos favorecidas, auscultando as opiniões dos que mais precisam, garantimos a V. Excia. que lhe é de inteiro apoio (...) <sup>487</sup>

Este é um precioso documento para compreender as intenções e o pensamento das lideranças da UES. A carta é bem clara ao considerar as escolas de samba como as detentoras da verdadeira música nacional. O samba feito por elas passa a ser o símbolo da brasilidade para os músicos e eles utilizam esse discurso de valorização da cultura nacional para conseguirem criar a União que reuniria todas as escolas. Aproveitam o espaço para exaltarem a iniciativa da Diretoria de Turismo e da prefeitura. Agradecem ao programa de amparo social realizado por Pedro Ernesto e não perdem a chance de pedir ao poder público que os ajude, assim como estava sendo feito com as pequenas sociedades. Os sambistas, antes de tudo, querem ser valorizados e aproveitam a proposta da cultura nacional do governo, utilizando o samba como estratégia para seu reconhecimento.

Ao afirmarem que as escolas de samba atraem os turistas, eles conseguem que o Departamento de Turismo os apoie ainda mais. Além disso, defendem que a União das Escolas de Samba é uma vitória do povo carioca, além de serem representantes dos trabalhadores.

---

<sup>486</sup> CABRAL, Sérgio. Op cit. p. 97,98.

<sup>487</sup> Idem.

Ao decretarem que os enredos seriam baseados em motivos nacionais, eles se aproximavam do discurso nacionalista do governo federal. Por outro lado, o poder público tinha interesse que seu discurso fosse divulgado pelas classes populares, pois teriam um alcance maior. Estabeleceu-se uma relação de mão dupla entre as duas partes. De acordo com Cabral, em apenas três dias a prefeitura respondeu a carta:

artigo único – Os auxílios às escolas de samba para exibição no carnaval, quando concedidos a juízo da Administração, serão entregues à União das Escolas de Samba, que distribuirá equitativamente pelas suas federadas, sujeitas, porém à fiscalização por parte da Diretoria Geral de Turismo, que, para isso, registrará a lei da União.<sup>488</sup>

Em seguida, a prefeitura liberou dois contos e quinhentos réis para que a UES dividisse entre as 25 escolas de samba inscritas no concurso, que naquele ano foi promovido pelo jornal *A Nação*. O primeiro carnaval de atuação da UES foi em 1935. As escolas apresentaram o enredo “A vitória do Samba” para comemorar a oficialização dos desfiles<sup>489</sup>, como veremos mais adiante. O jornal *A Nação* publicou em 21 de fevereiro:

trazem o samba, desde o seu nascimento, nas rodas de batucada, até os vestidos de baile e as casacas, símbolos da alta sociedade. Será este ano a consagração definitiva do samba. E ela vem trazida nos enredos da escola<sup>490</sup>

O colunista do jornal fez questão de marcar que as escolas de samba utilizavam vestidos de bailes e casacas o que, nas próprias palavras dele, eram os símbolos da alta sociedade. Se a intenção dos sambistas era transformar o samba na música nacional, era preciso superar a associação do samba com a malandragem. Ao usarem roupas e acessórios característicos das elites, eles mostravam que o samba poderia ser acessível a todas as classes sociais. A partir da oficialização, os membros das escolas acreditavam estarem alcançando direitos até então reservados às elites. A partir disso, poderiam defender os seus valores dentro da sociedade.

A UES se reuniu na redação do jornal *A Nação*, com as escolas inscritas para definir as regras do desfile que agora estava institucionalizado. Esse fato demonstra a importância da imprensa para esses primeiros anos dos desfiles das escolas de samba. Além de patrocinarem o concurso, a comissão julgadora era formada por profissionais da imprensa que cediam espaço, principalmente no período

<sup>488</sup> CABRAL, Sérgio. Op cit. p. 99.

<sup>489</sup> FERNANDES, Néelson da Nóbrega. Op cit. p. 88.

<sup>490</sup> *A Nação*, Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1935. In SILVA, Marília T. Barbosa e SANTOS, Lygia. SILVA, Marília T. Barbosa e SANTOS, Lygia. *Paulo da Portela. Traço de união entre duas culturas*. Edição Funarte, Rio de Janeiro, 1980. p. 84.

próximo ao carnaval, para matérias sobre as manifestações carnavalescas. O regulamento final foi publicado em 24 de fevereiro do mesmo ano:

- Somente poderão concorrer, as Escolas filiadas à União das Escolas de Samba.
- Cada Escola apresentará no concurso, dois sambas, de autoria dos seus compositores, devendo as letras dos coros, serem enviadas a esta redacção, até o próximo dia 25.
- Cada Escola, se exhibirá, pelo espaço de 15 minutos, findos os quaes, está terminada sua participação.
- No coreto da comissão julgadora, não é permitida sob hypothese alguma, a permanência de quaesquer pessoas, além da comissão julgadora.
- Por ocasião do julgamento, é apenas permitido que um dos directores da Escola que está sendo julgada, se entenda com a comissão.
- A comissão julgadora, só será conhecida na hora do concurso.
- É prohibido o uso dos instrumentos de sopro.
- Em todos os quesitos, a comissão julgadora, dará notas de 1 a 10, de cujas somma, sairá a Escola campeã.<sup>491</sup>

Para o primeiro desfile oficial ficou decidido que o tempo seria de 15 minutos para cada escola e elas desfilariam com dois sambas, um na ida e outro na volta da passarela do samba. As escolas maiores não respeitaram muito essa imposição, mas nesse primeiro desfile não foram punidas por não haver ainda um regulamento para essa punição. As cordas que cercavam as escolas serviam para controlar o tempo e não para apressá-las. Interessante notar a importância da comissão julgadora no concurso. Além de não poder conviver com outras pessoas na hora do julgamento, ela só era conhecida no início do campeonato.

Cabral afirma que houve outra reunião na sede do jornal que decidiu proibir os estandartes e os carros alegóricos. Seriam julgados também a originalidade, harmonia, bateria e bandeira. Segundo o autor, a UES tentou transferir os desfiles da Praça Onze para a Avenida Rio Branco, tentativa frustrada já que a reivindicação foi vetada pelo diretor de Turismo, Alfredo Pessoa:

para os meus amigos das escolas de samba, em quem reconheço uma verdadeira potência, tudo tenho feito e tudo farei, na medida do possível. Quanto ao caso de realizar o seu concurso na Avenida, tenho a impressão de que o mesmo deva ser realizado na Praça Onze, o lugar tradicional do samba, seu verdadeiro reduto, para que não sofra as modificações do ambiente. Porém, não é esta a razão mais forte. Teria prazer, se possível fosse, de proporcionar-lhes o desfile na Avenida. Mas o embaraço que isso causaria no tráfego, justamente no único dia em que é possível a realização do curso, uma das modalidades também interessantes do carnaval carioca, seria tamanho que quase tornaria impossível a sua realização.<sup>492</sup>

O diretor do Departamento de Turismo responde a esse pedido das escolas de samba afirmando reconhecer a potência delas. Ele sugere a permanência dos desfiles na Praça Onze já que o local era o

<sup>491</sup> A Nação, Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1935 in SILVA, Marília T. Barbosa e SANTOS, Lygia. Op cit. pp. 75.

<sup>492</sup> CABRAL, Sérgio. Op cit. p. 100.

“verdadeiro reduto do samba”. Porém, a Rio Branco era a avenida tomada pelas grandes sociedades e pelos corsos durante o carnaval, ou seja, manifestações das elites cariocas. Apesar da oficialização dos desfiles, as escolas de samba ainda ficaram restritas a algumas partes da cidade. Demorou alguns anos para as agremiações conseguirem desfilar nela, feito que só foi possível a partir de 1942 quando a Praça Onze foi destruída pelas obras da prefeitura para a construção da Avenida Presidente Vargas.

O primeiro concurso oficial entre escolas de samba ocorreu em 2 de março de 1935, domingo de carnaval, na Praça Onze. A vencedora foi a Portela, ainda chamada de Vai como Pode, com o enredo “O samba dominando o mundo”. A Mangueira ficou em segundo lugar. Segundo Fernandes, não há como negar que os sambistas obtiveram uma vitória. Mesmo em seu primeiro desfile oficial, os sambistas continuaram a ser os donos de sua festa, decidindo praticamente tudo do que deveria ser celebrado: “com a criação da UES, instituíram uma associação civil para o debate de seus problemas e defesa de seus direitos de expressão.”<sup>493</sup>

O jornal *Diário de Notícias* faz uma pequena crítica, em sua manchete de capa, à oficialização dos desfiles afirmando que a partir desse momento, o carnaval se tornava menos característico. É interessante notar que este jornal tem uma posição contrária à maioria dos outros jornais dessa época:

O carnaval sempre foi a grande festa popular da cidade. Oficializada agora pela Prefeitura, elle se tem revestido de um brilho menos característico e mais decorativo. Para isso, em nome do turismo, os cofres da Municipalidade esbanjam centenas e centenas de contos. Entretanto, faltam dois dias para o apogeu da festa louca e, entre os ingleses e argentinos, os únicos paizes que este anno nos enviaram forasteiros para assistir ao Carnaval de 35, é quase insignificante o numero de turistas que a cidade agazalha.<sup>494</sup>

A primeira reivindicação da UES junto à prefeitura do Rio de Janeiro foi a oficialização dos desfiles. As escolas de samba queriam ter o mesmo espaço que as grandes sociedades, os ranchos e os blocos. No mesmo ano, a Diretoria Geral de Turismo incluiu os desfiles entre as atrações da cidade durante o carnaval. Para o carnaval de 1936, a Diretoria Geral de Turismo do Rio de Janeiro anunciou que distribuiria 150 contos de réis às grandes sociedades, 60 contos de réis aos ranchos e que cada escola filiada a UES receberia 1.626\$000.<sup>495</sup>

A *Nação*, além de patrocinar o concurso, deu cobertura ampla e total ao carnaval das escolas. O jornal ressaltou a atuação séria da UES, sobretudo no controle dos direitos dos compositores. A UES ajudou a diminuir a exploração dos compositores, assim como o furto de melodias por outros sambistas.<sup>496</sup>

<sup>493</sup> FERNANDES, Néelson da Nóbrega. Op cit. p. 91.

<sup>494</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1935.

<sup>495</sup> CABRAL, Sérgio. Op cit. p. 106

<sup>496</sup> *A Nação*, Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1935. In SILVA, Marília T. Barbosa e SANTOS, Lygia. Op cit. PP. 83.

O regulamento da UES era rigoroso e tinha que ser seguido, além de ser permitido somente desfilar as escolas filadas a ela. Um dos quesitos mais fiscalizados era justamente a proibição de temas estrangeiros. No carnaval de 1939, a escola de samba Vizinha Faladeira foi desclassificada por ter feito um enredo baseado nas histórias do Walt Disney. Os próprios sambistas optaram pela exclusão, não se tratando, mais uma vez, de uma imposição do Estado. A campeã daquele ano foi a Portela que continuou vencedora por sete anos.

A festa em comemoração a um ano da criação da União das Escolas de samba ocorreu no dia 14 de setembro de 1935. As comemorações foram divulgadas pelo jornal *A Manhã*, um dos que mais cedia espaço para a UES. Aproveitaram a ocasião para realizar a cerimônia de posse da nova diretoria da organização. A festa ocorreu nas dependências da Banda de Portugal, às 21 horas sob a presidência do representante do Dr. Pedro Ernesto, o Sr. Vieira Cavalcanti, oficial de gabinete da prefeitura.<sup>497</sup> Além disso, o presidente da UES, escritor João Canali, fez um discurso em homenagem ao prefeito. No discurso, Canali compara a vitória do reconhecimento do samba com a Abolição e a República. Agradeceu ao apoio da imprensa e da prefeitura:

Exmo. Sr. Dr. Prefeito do Distrito Federal (...)  
 O carnaval é, no Brasil, um facto culminante de sua phisionomia histórica.  
 A Republica tem seu nome ligado a grande festa popular.  
 Foi na sede de um dos nossos velhos clubs que as campanhas libertarias da Abolição e da Republica tiveram seu quartel general.  
 Os nossos gloriosos cantores de samba estavam arregimentados para enfrentarem-se nas pugnas de Momo.  
 Nas colinas habitadas pelas gente boa e humilde dos morros as grandes massas coraes exalavam as melodias de seus trovadores predilectos.  
 Quizeram, porém, os fados que entre as felizes emoções que nos desperta a presença do bravo revolucionário brasileiro, hoje festa dos gloriosos destinos da terra carioca cantássemos ainda com o integral apoio dessa arma poderosa e invencível que é a imprensa brasileira.  
 Senhores representantes dos supremos poderes do Districto Federal, estou certo que a Casa do Sambista terá o apoio que até aqui tendes dispensado amparando os seus lindos torneios e melodias.<sup>498</sup>

A UES buscava manter um bom relacionamento com a prefeitura. Se, por um lado, Pedro Ernesto oficializou os desfiles e distribuiu subsídios às escolas, por outro, a UES, sempre que podia, declarava seu apoio ao prefeito, seja em festas, discursos e até nos desfiles. Além disso, não perdia a chance de agradecer pelo apoio e reconhecimento. No aniversário de Pedro Ernesto, em 1935, a diretoria da

<sup>497</sup> *A Manhã*, Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1935, p.8.

<sup>498</sup> *A Manhã*, Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1935, p.8.

organização enviou uma carta ao médico. A carta foi escrita em nome da União das Escolas de Samba e enviava “felicitações da gente do morro ao Sr. Dr. Pedro Ernesto”.<sup>499</sup>

Este acontecimento prova mais uma vez que havia um sentimento de reciprocidade entre a União das Escolas de Samba e o prefeito Pedro Ernesto. Não bastava apenas realizar enredos baseados em motivos nacionais, era preciso agradecer publicamente, seja em festas, desfiles ou cerimônias políticas a ajuda do prefeito. Ao mesmo tempo Pedro Ernesto, em seus discursos, reconhecia essas manifestações como tipicamente brasileiras.

A imprensa demonstrava apoio a UES ao longo no ano, não somente nos meses próximos ao carnaval. Tanto que em outubro de 1935 Vagalume, colunista do *jornal A Manhã*, defendeu a organização como “entidade máxima do samba”.<sup>500</sup> Em outra edição, o mesmo jornalista defendeu as escolas de samba como uma união de homens trabalhadores que quer e precisa expressar suas lutas e questionamentos sociais.

“escola de Samba é um club de operários humildes, sem pão e sem conforto. Lutemos, pois para que não lhes seja negado elementar direito de através as suas trovas, expandirem os seus queixumes contra uma sociedade que os alvita, explora e oprime”<sup>501</sup>

## PREFEITURA E CARNAVAL

O projeto de valorização da cultura nacional estava sendo desenvolvido pela prefeitura do Distrito Federal. Para concretizar este projeto, o poder público municipal contava com o apoio da imprensa carioca.

Em 1932, o *Jornal do Brasil* divulgou a visita do prefeito do Rio de Janeiro à batalha de confetes no bairro da Penha. A festa foi em homenagem a Pedro Ernesto, não era só com as grandes sociedades e com as escolas de samba que o poder público procurava demonstrar seu apoio. Era importante o apoio de toda a população. Segunda matéria publicada em *A Manhã*:

É hoje, finalmente, que se realiza a grande batalha de confetti nas 14 ruas que pertencem a ‘Cidade do Sorriso’ na Penha” (...) “As ruas foram completamente limpas, graças a boa vontade do Sr. Dr. Domingos José Meirelles, diretor de limpeza pública, que convidado comparecerá à grande batalha que é em homenagem ao Dr. Pedro Ernesto”<sup>502</sup>

<sup>499</sup> *A Manhã*, Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1935, p.8.

<sup>500</sup> *A Manhã*, Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1935, p.8.

<sup>501</sup> *A Manhã*, Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1935, p.8.

<sup>502</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1932.

O carnaval de 1935 foi muito exaltado pela imprensa carioca devido a oficialização dos desfiles das escolas de samba. Uma das maiores personalidades do samba, Ary Barroso, escreveu que este era o “maior carnaval de todos os tempos”. Para o compositor e colunista, “todos os fatores concorrem para esse êxito. A Prefeitura dando o seu apoio a linda festa e fazendo della a mais larga propaganda empresta ao carnaval um cunho diferente, de maior elegância e animação. Esse, de facto, o papel das autoridades”<sup>503</sup>. Os jornalistas, sempre que podiam, destacavam o apoio da prefeitura à festa. Dessa forma, se fortalecia a relação entre imprensa, sambistas e prefeitura.

A partir do momento que o carnaval tornou-se uma festa oficial na cidade, foi preciso que o poder público ajudasse financeiramente. Em 1934, o problema do auxílio financeiro aos blocos e ranchos foi resolvido. A comissão de carnaval, nomeado pelo Departamento de Turismo da Municipalidade, discutiu o assunto, decidindo que seria distribuído 1:500\$000 para 15 ranchos e 10 blocos desfilarem no carnaval daquele ano.<sup>504</sup> Para conseguir o auxílio, era necessário que as organizações carnavalescas tivessem uma sede, licença legal e ensaio com músicas e evoluções.

Buscando aumentar o seu apoio popular e tornar a ajuda financeira uma lei na cidade, o vereador Frederico Trotta desenvolveu um projeto na Câmara Municipal do Rio de Janeiro para a Municipalidade conceder uma ajuda financeira de 150:000\$000 (cinto e cinquenta contos) para distribuir entre as Pequenas Sociedades Carnavalescas filiadas a sua Federação.<sup>505</sup> Como esse debate ocorreu em setembro de 1935, só entraria em vigor no carnaval de 1936. Essa atitude agradou muito os integrantes dessas práticas carnavalescas, porém, gerou inquietação de outras. A União das Escolas de Samba declarou no jornal *A Manhã*: “por que não foi lembrada a União das Escolas de Samba? Com todas as suas vinte e oito filiadas, todas ellas contribuindo tanto quanto as pequenas sociedades carnavalescas, para o sucesso e brilhantismo do nosso carnaval?”<sup>506</sup>

As escolas de samba receberam um auxílio financeiro da prefeitura, como já foi explicado, mas ainda não havia uma lei aprovada na Câmara. Com o apelo feito pela imprensa, foi criada uma lei:

segundo apurou a nossa reportagem hontem, por ocasião de expediente no Conselho Municipal, foi discutida a emenda de 60.000\$000 em favor das Escolas de Samba apresentada pelo Sr. Frederico Trotta. (...) Os srs. Frederico Trotta, Pedro Ernesto e Arauto Pires, tudo estão fazendo

<sup>503</sup> *O Radical*, Rio de Janeiro, 3 de março de 1935.

<sup>504</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1934.

<sup>505</sup> *A Manhã*, Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1935, p.8.

<sup>506</sup> *A Manhã*, Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1935, p.8.

para que as escolas de samba – esse conjunto de beleza e arte do nosso carnaval tenham necessário auxílio<sup>507</sup>

Retribuindo a iniciativa do vereador, a União das Escolas de Samba envia uma carta oficial:

é com grande contentamento que assignalo aqui a boa impressão causada a todos os meus companheiros de directoria pelos termos judiciosos da referida justificação na qual V.S. honrando o mandato que lhe confiou o eleitorado Autonomista em seu seio está incluída a gente humilde do morro, aliada sob bandeira da União das Escolas de Samba, reconhece a contribuição que emprestam ao decanto brilhantismo.<sup>508</sup>

Para o carnaval de 1934, a prefeitura organizou uma sub-comissão técnica para fiscalizar os barracões das sociedades carnavalescas que receberiam financiamento para os desfiles. Segundo *O Paiz*, o Dr. Alfredo Pessoa, presidente dessa sub-comissão, chefiou a fiscalização para a distribuição do auxílio da Prefeitura, na proporção de 15 ranchos e 10 blocos.<sup>509</sup>

Os sambistas realizavam muitas festas em homenagem ao prefeito Pedro Ernesto, algumas ele comparecia, o que sempre era muito festejado e noticiado pela imprensa.<sup>510</sup> Em outro momento, o poder público demonstrou total apoio à União das Escolas de Samba. Na festa de comemoração de um ano da UES, o ministro do trabalho, Lindolfo Collor compareceu fazendo um discurso apoiando a organização e afirmando ser ela muito importante para o carnaval brasileiro.<sup>511</sup>

Um dos episódios mais importantes e significativos nessa relação entre sambistas e prefeitura foi um desfile das escolas de samba organizado pelo jornal *O Paiz* no campo de Sant'Ana em janeiro de 1934, em homenagem a Pedro Ernesto. Janeiro não é o mês do carnaval, o que demonstra a vontade dos homens do samba de festejar e ainda demonstrar seu apoio político. Como já foi explicado, dessa forma, eles viam a possibilidade de serem reconhecidos buscando a legitimação de seus movimentos culturais tornando o samba a música símbolo do Brasil.

A festa ocorreu no dia 20 de janeiro, dia de São Sebastião, padroeiro da cidade. Segundo o jornal, o Rio de Janeiro estava vivendo “a maior festa de carnaval carioca, hoje, no campo de Sant' Anna”<sup>512</sup>. Além de festejar a alegria, o noticiário chamou a atenção para a ajuda financeira que o comércio carioca estava dando ao carnaval. De acordo com *O Paiz*:

<sup>507</sup> *A Manhã*, Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1935, p.8.

<sup>508</sup> *A Manhã*, Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1935, p.8.

<sup>509</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1934, p.8.

<sup>510</sup> *A Manhã*, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1935, p.8.

<sup>511</sup> *A Manhã*, Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1935, p.8.

<sup>512</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1934, p.8.

*O Paiz* pode ufanar-se de haver reunido numa coesão de alegria e de esforços todas as entidades carnavalescas do Rio. A festa de hoje, na Praça da República, o comprovará. Cerca de quarenta sociedades ali se apresentarão num fito único e festa máxima do carioca, apresentando seus conjuntos, seus cantos e suas dansas.

Mas não é só isso. *O Paiz* fez ainda esta coisa quase impossível em época de aperturas: conseguiu que a população e o commercio se irmanassem para o auxilio aos clubes carnavalescos, no sentido de mais ainda incrementar, revigorou o mínimo carnavalesco dos prêmios foliões.

A festa de hoje isso tudo dirá e, nos annaes no entanto bem gloriosos da Folia Carioca, como ser um prodromo brilhante do Carnaval de 1934, ficara assignada como um marco que é novo e que foi *O Paiz* que o levantou, o da cooperação na alegria.

A imprensa considerou o evento um espetáculo que contou com a participação de trinta e seis sociedades carnavalescas, entre blocos, ranchos e escolas de samba. A cidade inteira parou para se divertir na festa que teve Lourival Fontes, chefe do gabinete de Pedro Ernesto, como presidente de honra da comissão.<sup>513</sup> O jornal *O Globo* comemorava a realização do desfile: “Estamos na véspera da realização da grande festa carnavalesca do Campo e Sant’ Anna em homenagem ao interventor Pedro Ernesto, 36 sociedades carnavalescas numa magnífica demonstração de entusiasmo, tomarão parte no programma.”<sup>514</sup>

Apesar de ter ocorrido em janeiro, a festa foi considerada um sucesso. O jornal que a promoveu comemorou como “um verdadeiro dia de carnaval”<sup>515</sup>. *O Globo*, não a promoveu mas a noticiou dando amplo apoio a iniciativa do *O Paiz*. Além disso, enalteceu o programa de turismo da prefeitura, demonstrando mais uma vez que estava de acordo com ele:

Os portões que dão acesso ao campo, foram decorados pelo artista Miguel Bilott. O programma é amplo. Desde os combates de pugilismo, lutas entre amadores, até a exhibição de canções da carnaval de 1934, com o detalhe racial da apresentação dos conjuntos das escolas de samba, com os seus tamborins e panzás (...). Ao demais, uma particularidade basta apenas, para que o grande público não deixe de aplaudir o belo empreendimento do ‘*O Paiz*’, a renda da festa será destinada as sociedades que fazem carnaval externo.<sup>516</sup>

Alguns dias após, alguns presidentes de sociedades carnavalescas, dentre eles José Caetano Belisario, da escola de samba Prazer da Serrinha, e José de Oliveira, da escola de samba Depois te Explico, se reuniram na redação do *O Paiz* para realizarem a prestação de contas.<sup>517</sup> O tesoureiro abriu as

<sup>513</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1934, p.8.

<sup>514</sup> *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1934.

<sup>515</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1934, p.8.

<sup>516</sup> *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1934.

<sup>517</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1934, p.8.

urnas, contou os ingressos e apresentou os recibos de cada conta paga. A intenção era deixar a parte financeira do evento transparente para todos: organizadores, sociedades carnavalescas e público-leitor do jornal. Ao final da reunião uma parte do dinheiro arrecadado foi pago à Companhia de luz Light pelos serviços de iluminação durante a festa. Após o pagamento, o restante do dinheiro foi dividido, na mesma proporção, entre as sociedades carnavalescas.

Nessa mesma reunião, ocorreu um fato curioso. O Sr. Raphael Alberto Costa, primeiro secretário da escola de samba Para o Anno Sae Melhor recusou, em nome das escolas de samba, a quantia que receberiam. Elas resolveram ceder esse dinheiro para as grandes sociedades. O Sr. Flavio Paula Costa, primeiro a se tornar presidente da União das Escolas de Samba, justificou a ação afirmando para os leitores do *O Paiz* que “essa proposta tinha um cunho de fraternidade e visava obter o apoio das grandes sociedades para a festa que as escolas pretendem realizar brevemente”.<sup>518</sup> As escolas de samba precisavam do apoio das grandes sociedades para conseguir seu reconhecimento entre as elites cariocas. Por isso valia qualquer coisa para alcançar esse objetivo, até mesmo ceder o dinheiro que tinham direito de receber pela organização da festa. A aproximação com as grandes sociedade poderia ajudar as escolas de samba a melhorar seus desfiles. Essas instituições desfilavam com carros alegóricos e fantasias desde meados do século XIX, enquanto as escolas de samba estavam iniciando esta prática.

As escolas de samba foram o último grupo a integrar a organização do evento, mesmo assim o jornal agradeceu sua participação e não as privou de sua parte no lucro. O colunista quis deixar claro que a decisão de doar o dinheiro às grandes sociedades partiu das escolas de samba, sem nenhuma influência externa. Por outro lado, era interessante afirmar que as outras sociedades carnavalescas estavam apoiando as escolas. Segundo *O Paiz*:

isso mostra muito claramente o desejo das grandes sociedades, dos ranchose dos blocos em auxiliar as escolas que se iniciam no movimento carnavalesco. O Paiz aprovou sempre esse movimento e ofereceu os prêmios destinados as escolas. (...) grande foi o prazer em verificar pelas declarações de todos, que todos estavam satisfeitos com a cordialidade e a união que reinaram sempre e reconheceria ter sido a festa do dia 20 um Victoria que, no próximo anno dará os melhores resultados.<sup>519</sup>

Homenagens prestadas a líderes políticos eram realizadas também para a população conquistar seus espaços. Dois anos depois do evento no Campo de Sant’Ana, a UES promoveu outro em apoio ao Pedro Ernesto no morro da Mangueira. Nesta ocasião, o presidente da associação discursou:

<sup>518</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1934, p.8.

<sup>519</sup> *Idem*.

as escolas de samba, visando, apenas, prestar uma justa homenagem ao benemérito governador da cidade, conseguiram muito mais. Lavraram a sua maior vitória de todos os tempos. Deram um prova de disciplina e gratidão conseguindo, ao mesmo tempo, surpreender, pela sua harmonia, pela sua compostura, ao mundo oficial e social ali representada pelas suas figuras de maior destaque (...) já obtivemos essa primeira vitória, estamos certos que o apoio oficial não nos faltará para a glória maior da nossa verdadeira música popular: o samba<sup>520</sup>

No início do discurso, é justificada a homenagem ao prefeito, afinal, no governo dele que os desfiles das escolas de samba se tornaram oficiais. Por isso, é necessário que as escolas de samba se mostrem gratas a esse acontecimento, como o presidente da UES declarou. A gratidão que sentiam com a oficialização precisava ser demonstrada em discursos de homenagens a Pedro Ernesto. Aproveitavam para continuar pedindo apoio ao poder público para o samba, que é a “verdadeira música popular”.

Enquanto na cidade do Rio de Janeiro a imprensa comemorava e até exaltava o prefeito pelos auxílios prestados às sociedades carnavalescas, nas cidades vizinhas o mesmo não ocorria. O jornal *O Paiz* noticiou que em Niterói o prefeito local ainda não havia concedido a ajuda, mesmo ela já tendo sido votada no Conselho Consultivo do município. O colunista faz um apelo informando que a demora acarretará “embaraços aos seus dirigentes na confecção dos prestitos.”<sup>521</sup> Mesmo assim, as festas carnavalescas eram divulgadas pela imprensa. Nesta mesma edição do jornal, há a chamada para a festa marítima do Clube Canto do Rio, aonde ocorreu uma batalha de confete; divulgação da festa a fantasia do clube Luso-Brasileiro de Niterói e do Clube Gragoatá; e uma nota convocando todos para o mergulho a fantasia da praia de Icaraí promovido pelo Clube Central.<sup>522</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As classes populares não são agentes passivos, sendo os principais agentes da sua própria história, ao utilizarem a cultura popular para buscar seu reconhecimento. Néelson da Nóbrega Fernandes afirma que o termo cultura popular só tem sentido se for admitido que “os de baixo” não são totalmente governados pela ideologia dominantes. O autor defende que os populares têm suas representações e valores próprios.<sup>523</sup>

<sup>520</sup> *O Radical*, Rio de Janeiro, fevereiro de 1936.

<sup>521</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1934, p.8.

<sup>522</sup> *Idem*.

<sup>523</sup> FERNANDES, Néelson da Nóbrega. Op cit.

Após a criação da União das Escolas de Samba (UES), em 1934, os desfiles das escolas de samba entraram para o calendário festivo da cidade. Além disso, as escolas de samba passaram a receber ajuda financeira da prefeitura. A imprensa destinou mais espaço ao carnaval popular consagrando-se como grande apoio as escolas. A intensa publicação ajudou a diminuir o preconceito das elites e na divulgação do samba como música característica do carnaval carioca. Os jornais atuaram de forma direta nos concursos, em certos momentos até impondo alguns regulamentos.

A oficialização ocorreu durante a prefeitura de Pedro Ernesto. O prefeito apostou na política da aproximação das classes populares colocando em prática no Distrito Federal os ideais do grupo que assumiu o poder após a Revolução de 1930. Promoveu reformas nos setores de saúde e educação, e ainda criou organizações para facilitar o diálogo com os trabalhadores.

As escolas de samba passaram a receber ajuda financeira da prefeitura. A imprensa destinou mais espaços em suas páginas ao carnaval popular, com grande apoio às escolas.

Uma das questões mais importantes que o artigo ressaltou foi que a exigência de temas nacionais nos desfiles das escolas de samba na década de 1930 não foi imposta pelo Estado. A carta de criação enviada à prefeitura do Rio de Janeiro em 1934 já contava com essa decisão, partindo dos próprios sambistas. Portanto, não foi uma política iniciada com o governo Getúlio Vargas, como muitos acreditam, e muito menos com Pedro Ernesto. É possível identificar diferentes interesses entre os três grupos que se articularam na década de 1930 para promover o carnaval: sambistas, prefeitura e imprensa.

#### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

- CABRAL, Sérgio. *As Escolas de Samba do Rio de Janeiro*. Lumiar Editora. Rio de Janeiro, 1996.
- FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua História. Debate e Crítica*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2001.
- FERNANDES, Néelson da Nóbrega. *Escolas de Samba: sujeitos celebrados e objetos celebrantes. Rio de Janeiro (1928-1949)*. Coleção Memória Carioca. V 03, Rio de Janeiro, 2001.
- SARMENTO, Carlos Eduardo. *O Rio de Janeiro na Era Pedro Ernesto*. Editora FVG, Rio de Janeiro, 2001.
- SILVA, Marília T. Barbosa e SANTOS, Lygia. *Paulo da Portela. Traço de união entre duas culturas*. Edição Funarte, Rio de Janeiro, 1980.
- SOIHET, Rachel. *A Subversão pelo riso. Estudos Sobre o carnaval carioca, da Belle Époque ao tempo de Vargas*. Segunda Edição. EDUFN, Minas Gerais, 2008.